

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta segunda-feira

15/06/2015

No debate sobre como fazer frente à exploração do trabalho infantil, que ainda afeta 3,2 milhões de brasileiros entre 5 e 17 anos, a Justiça e o Ministério Público do Trabalho se chocam com as Varas da Infância e Adolescência. O motivo da disputa é a frequente emissão de alvarás que autorizam menores de idade a executar atividades profissionais. Os juízes e promotores do Trabalho veem nesses documentos uma violação à Constituição Federal, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e também à competência jurídica que lhes foi atribuída. Para os juízes das Varas da Infância e Adolescência, a concessão de autorizações para que menores sejam formalmente empregados, recebendo todos os direitos trabalhistas, pode ser um caminho dignificante ou mesmo a saída da miséria. As informações são do jornal **O Globo**.

Pedaladas fiscais

A dois dias da votação, o plenário do Tribunal de Contas da União está dividido em relação às contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff, segundo três fontes do tribunal ouvidas pelo jornal **O Globo**. A controvérsia, marcada pelas chamadas “pedaladas” fiscais, pode levar a um empate, com quatro votos a favor da aprovação e quatro pela reprovação. Nesse caso, a decisão é do presidente do TCU, Aroldo Cedraz, que só vota para desempatar. O julgamento será quarta-feira (17/6).

Gastos com servidores

A maioria dos Estados atingiu o limite de alerta por gastos com servidores, informa o jornal **O Estado de S. Paulo**. Em 22 das 27 unidades da Federação, a despesa com funcionalismo já é maior do que 44,1% da receita líquida, um dos tetos da Lei de Responsabilidade Fiscal. A lei dá prazo de dois quadrimestres para que sejam tomadas medidas que reequilibrem as contas. Se elas não derem resultado, começam as punições automáticas: são suspensas as transferências voluntárias de recursos e ficam proibidas as operações de crédito. Na gestão de pessoal, são vetadas concessões de reajustes, criação de cargos e qualquer outra alteração de estrutura que provoque aumento de despesas.

Dano moral

A Fazenda Estadual de São Paulo foi condenada a pagar indenização por danos morais para uma companhia varejista que foi alvo da operação cartão vermelho, deflagrada em 2007. Na época, a fiscalização cruzou informações dos contribuintes com dados fornecidos pelas operadoras de cartão de crédito e notificou vários deles por suposta sonegação de ICMS. No caso julgado, a empresa foi inscrita indevidamente no cadastro de inadimplentes estadual — o Cadin — e executada por falta de pagamento de ICMS. Para o desembargador Magalhães Coelho, o que ensejou a inscrição no Cadin foram informações bancárias protegidas por sigilo. "Portanto, a negativação do nome do autor não decorreu de ato ilícito praticado pela ré, como constou na sentença; pelo contrário, decorreu de violação de direito fundamental previsto constitucionalmente", diz na decisão. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Índice de correção

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça começou a julgar três recursos repetitivos que definirão qual índice de correção monetária deve ser aplicado em condenações impostas à Fazenda Pública. A discussão tem como base o artigo 1º F da Lei 9.494, de 1997, considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento sobre o pagamento de precatórios. O julgamento foi iniciado na semana passada, com o voto do relator, ministro Mauro Campbell Marques. Porém, foi interrompido por um pedido de vista do ministro Sérgio Kukina. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Prejuízos com corrupção

As duas principais subsidiárias da Petrobras, a Transpetro e a BR Distribuidora, reconheceram em seus balanços de 2014 perdas de R\$ 279,6 milhões devido aos casos de corrupção investigados na operação lava jato. Com isso, o valor desviado da estatal e de suas subsidiárias chega a quase R\$ 6,5 bilhões — a Petrobras reconheceu baixas de R\$ 6,2 bilhões. A BR Distribuidora e a Transpetro ressaltaram que há dois escritórios de advocacia conduzindo investigações internas sobre os

desvios apurados pela “lava jato. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Facas proibidas

Aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a proibição de andar na rua com facas, punhais e outros artefatos cortantes pode ocorrer também na cidade de São Paulo. A proposta para impedir o porte de armas brancas começou a tramitar na Câmara Municipal e prevê multa de R\$ 5 mil para quem descumprir. O autor, vereador Masataka Ota (PROS), diz querer "combater a violência" e "proteger a população". A prefeitura deverá cadastrar profissionais que usam os materiais, segundo o texto. O direito seria concedido, entre outros, a "cozinheiros, artistas, costureiras, feirantes, ambulantes, praticantes de caça e pesca e açougueiros". As informações são da colunista Mônica Bergamo, do jornal **Folha de S.Paulo**.

Nova investigação

O Ministério Público de São Paulo abriu investigação criminal contra Gabriel Chalita, o atual secretário da Educação da gestão Fernando Haddad (PT). O foco das apurações está no período em que ele foi chefe da pasta estadual, entre 2002 e o fim de 2006, nas gestões de Geraldo Alckmin (PSDB) e Cláudio Lembo (então no DEM). A apuração foi autorizada pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal de Justiça. Chalita é investigado por crimes de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, peculato, corrupção ativa e passiva, e fraude a licitação. Os advogados dele afirmam que o procedimento é apuração requeitada, uma vez que foi arquivada pela Justiça em 2014. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Estado laico

A Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil foi acionada por causa de uma homenagem do Ministério Público de SP a dom Odilo Scherer. Um membro da Promotoria questionou informalmente o grupo se a entrega do Colar do Mérito Institucional ao arcebispo, na semana passada, feriria o princípio do Estado laico. A honraria foi justificada com exemplos de "serviços em benefício da instituição" praticados pelo cardeal, como "o trabalho pela moralização da política" e pela aprovação da Lei da Ficha Limpa. "Autoridades de todas as religiões estão sempre convidadas a atuar em favor da cidadania e do Ministério Público e, nessa perspectiva, poderão ser agraciadas", declara. A OAB não deverá levar o assunto adiante. As informações são da colunista Mônica Bergamo, do jornal **Folha de S.Paulo**.

OPINIÃO

Horário eleitoral

Em editorial, o jornal **O Estado de S. Paulo** afirma que o chamado “horário eleitoral gratuito” não tem nada de gratuito. Segundo cálculos da ONG Contas Abertas, as propagandas políticas representarão em 2015 uma isenção fiscal de R\$ 281,3 milhões. Segundo o jornal, a entidade Contas Abertas calcula que, entre 2002 e 2014, a União deixou de arrecadar R\$ 5,2 bilhões em deduções fiscais relativas às propagandas políticas, em valores atualizados. “Os números gerais, no entanto, são suficientemente esclarecedores. Os partidos políticos custam muito ao bolso do cidadão. E custam de forma obrigatória, via impostos — pelo Fundo Partidário — ou via renúncia fiscal — pelo horário eleitoral, quando o Estado deixa de arrecadar”, diz o jornal, afirmando que é preciso diminuir drasticamente os subsídios públicos aos partidos.

Questão em aberto

O advogado Ronaldo Lemos afirma em artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo** que a questão das biografias não acabou. Após decisão do Supremo Tribunal Federal — que definiu não ser mais necessária autorização prévia para se publicar uma biografia — lacuna sobre qual remédio deve ser aplicado caso haja violação de direitos ainda está aberta. Segundo o advogado, os ministros do Supremo mostraram ter posições conflitantes sobre o tema. Uma corrente entende que o remédio deve ser exclusivamente a indenização posterior no caso de violação a direitos. A segunda acha que o remédio deve ir além. Deve permitir a retificação forçada ou até seu recolhimento. “Não há dúvidas de que tivemos um enorme avanço. Mas a novela das biografias ainda poderá ter novos capítulos”, conclui.

Maioridade penal

A discussão sobre maioridade penal ainda precisa evoluir, diz o jornal **Folha de S.Paulo** em editorial. Segundo a Folha, a melhor solução é reformar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “Pesados prós e contras, a solução mais sensata



é a de reformar o ECA de modo que adolescentes que tenham cometido crimes gravíssimos possam receber sanções mais longas que o atual prazo máximo de três anos — mas sempre em estabelecimento distinto do dos adultos”, diz o editorial.

Magna Carta

A Magna Carta se mantém viva porque trata de uma questão fundamental: a relação entre o indivíduo e o poder dos que os governam. A afirmação é de Alex Ellis, embaixador do Reino Unido no Brasil. Em artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo** Ellis aponta que "o princípio do Estado de Direito é o que torna a Magna Carta importante para cada um de nós. Ela sobreviveu por ser flexível e pragmática, e não ideológica e rígida".

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2015-jun-15/noticias-justica-direito-jornais-segunda-feira-72-2/>